INFORMANDO

Por Lucas Rocha

Com os pés na vida real (PATRÍCIA PEREIRA)

Tendo os afetos como foco e usando para isso os pensamentos de Nietzsche, Espinosa e teorias psicanalíticas, André Martins diz que a Filosofia só é válida se puder ajudar no dia a dia das pessoas.

A Filosofia só tem valor se for capaz de transformar a vida real. É o que defende André Martins, professor associado da UFRJ, onde leciona nos departamentos de Filosofia e de Medicina Preventiva. Ele une em seus estudos os pensamentos de Nietzsche, Espinosa e teoria psicanalítica para, entre outras coisas, ajudar as pessoas a entender melhor suas vontades e escolhas. O que há em comum entre os três? O enfoque nos afetos. Tanto Nietzsche quanto Espinosa têm como conceito fundamental de suas filosofias, o afeto. Posição que contrariou os pilares da tradição filosófica e os fez serem vistos como malditos. Por outro lado, ter o afeto em foco é algo que os aproxima da Psicanálise. André Martins, doutor em Filosofia pela Université de Nice (1994) e doutor em Teoria Psicanalítica pela UFRJ (2002), se diz antes filósofo, depois psicanalista. Nesta entrevista, ele, que é vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, membro do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e coordenador do Grupo de Pesquisas Spinoza e Nietzsche (SpiN), explica por que acredita que os homens podem ser livres em suas escolhas, desde que estas coincidam com seus afetos.

FILOSOFIA - Nietzsche, Espinosa e Psicanálise. Como o senhor chegou a essa união? Como e por que direcionou seus estudos neste sentido?

André Martins - Fiz doutorado em Filosofia na França, com o Clément Rosset, que é um grande filósofo e muito irreverente. Cheguei para fazer o doutorado e assistia a todas as aulas dele, que tinham as salas lotadas. Uma das disciplinas foi Teoria Psicanalítica, no curso de Filosofia. Foi aí que comecei a me interessar por Psicanálise, a comprar livros e a ler bastante. Paralelamente a isso, meu interesse sempre foi Nietzsche - também Deleuze e Foucault - e depois Espinosa, que chegou de forma arrasadora na minha vida e me conquistou. São autores que estão pensando o mundo sensível e de alguma forma as reações afetivas. É um tema próximo da Psicanálise. Por me interessar por esses autores, por uma filosofia imanente e não transcendente, por uma filosofia que pensa a vida, acabei me deparando com a questão dos afetos. E, a partir daí, fui também estudar Psicanálise, mas dentro desse percurso individual. Ao chegar ao Brasil, fiz um segundo doutorado em Teoria Psicanalítica e sou membro de sociedades psicanalíticas no Brasil e na França. Aí tudo começou a fazer sentido, a se juntar.

FILOSOFIA - Nietzsche e Espinosa foram incompreendidos em vida e tidos como malditos ao longo da história da Filosofia. Além deste perfil em comum, o que mais aproxima esses dois filósofos?

Martins - O que os aproxima é o que está na origem do fato de eles terem sido incompreendidos e malditos. As filosofias de um e de outro têm pontos comuns que sempre foram polêmicos, pouco aceitos. O próprio Nietzsche me ajuda a responder a essa pergunta porque, em um cartão-postal que escreveu a um amigo, falou que se reencontra em Espinosa em cinco pontos capitais e também na tendência geral de sua filosofia. Ambos tomam o conhecimento como o mais potente dos afetos. O conhecimento ser visto como um afeto é algo completamente diferente da tradição filosófica. E é dito como sendo o afeto mais potente. O conhecimento, neste caso, tanto para Nietzsche quanto para Espinosa, é o conhecimento não só da realidade como dos próprios afetos. Se conhecemos a maneira como somos afetados, como funcionamos - nossas reações e motivações afetivas -, esse conhecimento é o que mais tem poder sobre os nossos afetos e, portanto, sobre as nossas ações. A tradição filosófica sempre buscou uma verdade a priori, ou seja, uma verdade em si ou formalmente verdadeira. Tanto Espinosa, no século XVII, quanto Nietzsche, no século XIX, tentam mostrar que uma verdade formal não existe. Segundo eles, nós só existimos no mundo sensível, na realidade, então a verdade consiste em conhecer esse mundo no qual a gente se insere e não conhecer uma verdade que seja formalmente impassível ou imutável. Esse é o grande ponto em comum entre eles, a tendência geral da filosofia dos dois que os distingue de toda a história da Filosofia.

FILOSOFIA - E quais são os cinco pontos em comum entre os dois enumerados por Nietzsche?

Martins -São eles: a não existência do livre-arbítrio; a não existência do mal - e subentende-se, portanto, que não existe também o bem; a não existência de causas finais, ou seja, de que algo existe no mundo porque tem uma finalidade - por exemplo: Deus criou a fruta para alimentar o homem, ou uma dificuldade para que o homem aprenda a superá-la; a não existência do desinteresse - não existe desinteresse, existem ações interessadas interesseiras e ações interessadas não interesseiras, mas sempre existe o interesse e, por fim, o quinto ponto é a negação da ordem moral do mundo: Nietzsche e Espinosa negavam a existência de um sentido moral intrínseco às próprias coisas, aos acontecimentos, à existência. Acho que Nietzsche foi muito feliz em perceber que esses cinco pontos, que são os pilares da tradição filosófica de toda a história da Filosofia, em particular da

Modernidade e do Humanismo, são falhos, não existem, são ficções. Nietzsche foi muito preciso em ver que Espinosa já denunciava esses pontos na aurora da Modernidade.

FILOSOFIA - Falamos sobre os pontos em comum. E fazendo o oposto, qual seria o maior ponto de atrito e de divergência entre eles?

Martins -Diria que a principal diferença é de foco ou de tonalidade. Nietzsche é extremamente passional no jeito de escrever - na vida pessoal nem tanto, era uma pessoa serena, calma, apaziguadora, mas nos textos é muito passional e provocativo: "sou dinamite", "filosofar com o martelo". Espinosa, por oposição, não só no texto quanto na própria filosofia e, ao que parece, razoavelmente na própria vida pessoal, propõe um controle, um domínio sobre as paixões. Vejo que ambos têm filosofias distintas, porém muito próximas em pontos fundamentais. Nietzsche seria uma versão mais passional, mais apaixonada de um fazer filosófico. Espinosa seria uma versão mais sóbria ou racional desse mesmo fundo filosófico.intensificação das paixões alegres e das alegrias ativas. Quando Nietzsche fala do engajamento apaixonado, ele está pensando no que Espinosa chamaria de "paixões alegres". Mas o foco é diferente, Espinosa não está valorizando as paixões alegres, quer dizer, está, mas sem colocar o foco nelas. O objetivo de Espinosa são os afetos ativos, que estão para além das paixões alegres. Digamos, ter as paixões tristes é negativo para os dois, e aí viriam as paixões alegres e os afetos ativos, as alegrias ativas. Nietzsche não dá ênfase aos afetos ativos, embora eles estejam presentes também na filosofia dele. A ênfase que ele dá é - usando os termos de Espinosa - nas paixões alegres.

Nietzsche está sempre fazendo um elogio do engajamento individual da pessoa naquilo que ela faz. Ele preconiza um envolvimento apaixonado na vida, nas coisas que se faz na vida

FILOSOFIA - O que seriam essas paixões alegres e tristes de Espinosa?

Martins - Em Espinosa, um afeto alegre, que pode ser passivo - uma paixão alegre - ou ativo - que é sempre alegre -, é o afeto que aumenta a nossa potência de agir, de pensar, de estar no mundo, de existir. Esse é o afeto alegre: o que nos impulsiona, o que nos expande. É parecido com Nietzsche, que vai falar de uma "Vontade de Potência", que é uma vontade de expansão. O afeto triste, que é sempre passivo, ou seja, é sempre uma paixão triste, em Espinosa, é o afeto que nos oprime, que nos deprime, que vai contra a nossa potência de agir. Nietzsche vai falar contra o ressentimento, que é um afeto triste. Vai falar contra a submissão, contra seguir a moral do rebanho, contra fazer como todo mundo, que são afetos tristes. Muito embora o uso conceitual seja diferente, eles têm uma afinidade de compreensão do que são afetos. Basta pensar: em Espinosa, o afeto é um conceito central; em Nietzsche, também; e isso é raríssimo na história da Filosofia, que o conceito central de uma filosofia seja o afeto.

FILOSOFIA - Afeto é uma palavra de nosso uso corrente, ligada a carinho. O que seria o afeto em Espinosa?

Martins -É próximo de sentimento, mas não é exatamente sentimento. Poderíamos dizer que sentimentos são afetos, mas precisamos entender afeto no sentido mais amplo. Somos afetados sempre e inevitavelmente. E esses afetos nos movem, nos motivam, mesmo que não tenhamos consciência disso. Espinosa nos mostra, bem antes da Psicanálise, que são nossos afetos que nos movem, e que a razão não pode modificá-los, a menos que ela se torne uma razão afetiva. Afeto é a reação inevitável a tudo o que nos impressiona, a tudo o que nos marca, a tudo com o qual interagimos. Sofremos afecções e essas afecções, concomitantemente - ao mesmo tempo e não em um segundo momento -, geram afetos. Afetos resultam das interações, não brotam nunca do nada em nós. Em Nietzsche, afeto, no geral, é sinônimo de paixão. Essa paixão pode ser o que Espinosa chama de uma paixão alegre. Nietzsche não faz essa distinção, mas ele está pensando o afeto próximo de paixão e próximo de pulsão - *trieb*, no original alemão, o mesmo termo

que depois Freud vai usar. Nietzsche pensa afeto como um sinônimo de pulsão - o que é muito próximo da ideia de afeto de Espinosa. Enfim, é diferente, mas eles estão em universos conceituais muito próximos.

FILOSOFIA - Falando um pouco de liberdade. Para Nietzsche e Espinosa, os homens não seriam livres em suas decisões, mas determinados. Determinados de que forma ou pelo quê?

Martins - Não é bem assim. O homem pode ser livre em suas decisões, o problema é que o julgamento do homem é que não é livre de seus afetos. Para entendermos a posição dos filósofos, que neste ponto é a mesma, precisamos entender qual é a tradição à qual eles estão se opondo. A ideia do livre-arbítrio é de que o pensamento do homem, ou sua razão, existe de modo dissociado do corpo, de suas ações, do contexto cultural, histórico, social e de todas as relações humanas. É como se existisse uma razão pura, sem influências disso tudo - que seria, na tradição filosófica, a alma ou uma faculdade da alma. Ela teria o arbítrio, ou seja, o julgamento; julgaria de uma maneira isenta de tudo o que é da ordem da realidade. Esse livre-arbítrio é que é contestado tanto por Espinosa quanto por Nietzsche. Para eles, o livre-arbítrio não existe, é uma ficção. Por mais que a pessoa tente pensar de modo isento - isento da própria maneira de ver o mundo, da própria história de vida -, não é possível.

Espinosa mostra, antes da Psicanálise, que são nossos afetos que nos movem, e que a razão não pode modificá-los, a menos que se torne uma razão afetiva

FILOSOFIA - Então a determinação pelos seus afetos seria por essas influências?

Martins - O homem pode fazer escolhas livres. Só que essas escolhas não serão livres dos afetos, elas serão relativamente livres no sentido de que ele pode fazer opções, até mesmo racionalmente, mas se optar por algo que vá contra a natureza dele ou contra seus afetos, não vai adiantar nada, pois os seus afetos é que vão prevalecer. Optar por algo que aja sobre seus afetos, isso é o que ele pode fazer.

FILOSOFIA - Mas o homem seria livre para decidir contra os afetos?

Martins - Isso é o que a gente faz o tempo todo, não é? Vamos pensar em exemplos concretos: a pessoa quer parar de fumar e não consegue, quer emagrecer e não consegue, quer ser só bonzinho e não consegue. Por quê? Porque ela está na ficção do livre-arbítrio. Em outros termos, Espinosa diz que achamos que a vontade é livre, mas a vontade não é livre. Ela depende do corpo. Vivemos em uma cultura que se autoengana e, neste sentido, a história da Filosofia inteira está errada. Como se fosse possível, eficaz ou vantajoso tomar decisões contrárias ao nosso corpo e aos nossos afetos. Ou, para usar um termo de Espinosa, que é também um termo da Psicanálise, contrário ao nosso desejo. Segundo Espinosa, o desejo é a essência do homem. Então, por exemplo, se quero parar de fumar, o que eu posso fazer racionalmente? Pensar quais são as motivações que me levam a fumar, quais são os afetos que me levam a fumar e aí começar a atacar essas

motivações e esses afetos e não simplesmente achar que minha vontade é livre e tentar impor essa vontade contra meu desejo humano. Espinosa e Nietzsche batem nesta tecla o tempo todo: não se pode ir contra a natureza humana. Por mais que se acredite e se iluda de que a vontade é livre, a pessoa não vai conseguir ir contra si mesma. E aí vai gerar o quê? Já misturando com a Psicanálise: vai gerar neurose, depressão, a pessoa vai entrar em crise. Não só em respeito à sexualidade como diversas outras coisas. Se estou sem fazer nada em que me sinta realizado, me expandindo, vou ficar deprimido, abatido. Não adianta uma pessoa que está com uma vida infeliz pensar que precisa ter força de vontade. E aí vêm todos os jargões, tanto da religião quanto da autoajuda, quanto da neurolinguística, de ficar repetindo "eu vou aguentar, eu vou aguentar". Você não está tendo o conhecimento como o mais potente dos afetos. Não está tentando entender o que em você faz que esteja infeliz e o que em você lhe motivaria, lhe deixaria mais realizado.

Tentando resumir: tanto para Espinosa quanto para Nietzsche, o homem pode ser livre em suas escolhas, desde que essa liberdade coincida com o afeto dele ou com o conhecimento dos afetos. Nietzsche não usa esses conceitos, de afetos ativos e passivos, paixões alegres para parar de fumar. É preciso dar uma volta. Espinosa diz que a razão, por mais que conheça uma verdade, não tem nenhum efeito contra um afeto mais forte. É preciso que ela seja afetiva para que possa transformar um afeto. Essa chave muda a história da Filosofia inteira e muda a vida de cada um, no dia a dia, conheça-se Filosofia ou não. Se entendermos que somos seres unos, corpo e alma - Espinosa muda o termo: corpo e mente -, como dois aspectos de uma coisa uma que nós somos, então temos de prestar mais atenção em nossos afetos e não ficar dando murro em ponta de faca achando que a vontade pode ser livre ou que o nosso arbítrio pode ser livre. Não vamos conseguir algum efeito positivo impondo contra nós algo que não é possível. Em toda história, o que se fez, por exemplo, em relação à sexualidade? É pecado, tem de coibir, até hoje a igreja católica oprime o desejo sexual. Mas isso é da natureza e tristes, mas diz algo muito próximo. A liberdade em Nietzsche é você coincidir com você mesmo, é desejar o seu destino - fica mais vago, mas vai no mesmo sentido.

FILOSOFIA - Tanto para Nietzsche quanto para Espinosa, a emoção domina a razão? Por isso os dois foram tão malvistas em um mundo dominado pela racionalidade?

Martins - Não dá para dizer exatamente que eles propõem que a emoção domine a razão. Na vida real, normalmente a emoção domina a razão. Para Espinosa, é claro que isso é ruim - e isso ajuda a entender a diferença entre os dois. Para ele, a razão tem de dominar. Só que a razão de Espinosa não é a razão da tradição filosófica, é outra razão, é uma razão afetiva. Poderíamos dizer que tanto para Nietzsche quanto para Espinosa, os afetos dominam a razão. Para Espinosa, a razão deve dominar os afetos passivos, mas a própria razão é um afeto ativo. A razão é um afeto. E, em Nietzsche, a emoção deve dominar a razão, porque ele é um pensador passional. Mas aí entram todos os detalhes do pensamento de Nietzsche em que esse domínio da emoção sobre a razão também se dá junto a um elogio do conhecimento, a um elogio de certa razão. O termo que ele vai usar é de uma Gaia Ciência, de uma razão alegre.

FILOSOFIA - Não é uma defesa incondicional dos instintos, de se fazer tudo o que se deseja?

Martins - Não é. Nem em Espinosa e nem em Nietzsche. Na tradição filosófica, há uma dicotomia: emoção versus razão. E, de modo geral, permanece no senso comum que Nietzsche - e talvez Espinosa - estaria do lado da emoção contra a razão. Isso é falso, porque eles estão criticando justamente essa dicotomia. Eles estão propondo outra ideia de razão - em Espinosa, uma razão afetiva e, em Nietzsche, uma Gaia Ciência - e outra ideia de emoção, no sentido de uma afetividade que abrange tudo, até a razão. Vai ser um tipo de emoção contra outro tipo de emoção. E o que eles têm como inimigo em comum é a razão tradicional, porque essa razão tradicional é que é fictícia, tanto para Espinosa quanto para Nietzsche. Isso muda o cenário. Eles foram tidos como malditos porque foram mal compreendidos, ou seja, porque se atribuiu a eles um lugar dentro de uma dicotomia que eles criticam. É a partir disso que se considera que tanto um quanto outro, cada um em sua época, propuseram filosofias escandalosas, contra a razão, dentro desta ideia de cada um fazer o que quiser, não existir mais moral. Não existe mesmo, mas existe ética, que é muito melhor. Quer dizer, se não mudamos o quadro conceitual, parece que eles estão propondo algo insustentável, e não é nada disso.

FILOSOFIA - Além de filósofo, você é psicanalista. A Filosofia influencia, de alguma forma, seus estudos sobre Psicanálise?

Martins - Sou primeiro filósofo e depois psicanalista. Quando vou estudar a Psicanálise, eu, filósofo, que gosto de Nietzsche e Espinosa - ou seja, dois filósofos que pensam o afeto, que pensam o mundo e questões tradicionais da Filosofia com a perspectiva dos afetos - não acredito em dogmas. Não vejo o texto de Freud como se fosse a Bíblia, o Antigo Testamento, e o texto de Lacan como se fosse o Novo Testamento, regidos pelo argumento de autoridade. A Filosofia já passou por isso quando, por exemplo, na Idade Média, os textos de Platão eram incontornáveis e não se podia contestar. Mas houve alguém que contestou, em parte: Aristóteles. É como se Freud fosse Platão e Aristóteles, Lacan. Eu diria que a Psicanálise está teoricamente na Idade Média, quando se prende a fundamentalismos e ortodoxias. Então esse tipo de dogmatismo, com um olhar filosófico, não faz sentido para mim. Por isso valorizo Winnicott, que, a meu ver, é o psicanalista mais aberto teórica e clinicamente. O meu olhar para a Psicanálise é um olhar de autocrítica. Não é um olhar de fora: a Filosofia criticando a Psicanálise. Isso porque eu sou psicanalista também. No outro sentido, a Psicanálise me ajuda a não cair na armadilha de uma Filosofia transcendental, apriorística, ou seja, me ajuda a conseguir ver a Filosofia como algo que está pensando o dia a dia, a realidade, a afetividade, o mundo real, concreto, o mundo sensível. Para mim, ou a Filosofia tem um poder de transformar a vida real ou ela não tem utilidade, a não ser como ferramenta para algo que venha ter algum peso de intervenção na vida. A Filosofia como um saber endógeno, que se retroalimenta e ponto-final, como muitas vezes é vista, para mim não tem valor.

FILOSOFIA - Você trabalha com a Filosofia e a Psicanálise na área de Saúde Coletiva, visando a construir uma definição positiva de saúde. De que forma isso se daria? Como Filosofia e Psicanálise podem interferir em Saúde Coletiva?

Martins - Orientei dissertações de mestrado e teses de doutorado não só na Filosofia, mas também na Saúde Coletiva da UFRJ. E me dá muito prazer ter orientado trabalhos onde usamos, por exemplo, Espinosa para pensar a questão da obesidade; Deleuze para pensar o alcoolismo entre os trabalhadores da construção civil; Foucault para pensar o psicólogo da Polícia Militar. É um prazer ver o quanto a Filosofia tem a dizer sobre questões práticas do dia a dia da sociedade. E meu trabalho pessoal, na Saúde Coletiva, é a construção de

uma definição positiva de saúde. Há uma definição negativa de saúde, que diz: "saúde é a ausência de doença". No meu entender, isso é péssimo. É imaginar - e é, infelizmente, o que vigora - que cuidar da saúde restringe-se a atacar a doença. Uma implicação disso é negligenciar a promoção da saúde e a prevenção que não seja medicamentosa nem cirúrgica. Fortalecer o corpo e o psiquismo de cada um de nós é algo que quase não existe. O médico muitas vezes tem tanto interesse em acabar com a doença que acaba também com o doente. Atacar a doença a qualquer preço pode ser feito em casos extremos, mas tem sido a ordem do dia. Isso gera também, de modo geral, a ideia de que quando se tem uma doença, existe uma peça da máquina do corpo humano que está doente, funcionando mal, então é preciso substituí-la. Não se pensa no corpo humano como um todo. Essa definição negativa de saúde é também um reflexo de uma questão filosófica de se considerar alma e corpo separados, e o corpo como uma máquina.

A Psicanálise me ajuda a não cair na armadilha de uma Filosofia transcendental, a conseguir ver a Filosofia como algo que está pensando o dia a dia

FILOSOFIA - Além de ser autor do livro *Pulsão de morte?* (Ed. UFRJ, 2009) e organizador de *O mais potente dos afetos* (Martins Fontes, 2009), você está para lançar o livro *As ilusões do eu*. Já tem data prevista?

Martins - Deve ser em maio deste ano. Foi um livro que organizei, com outros dois professores da USP, e que reúne 26 conferências do Segundo Congresso Internacional Espinosa e Nietzsche, realizado em São Paulo, no final de 2009. O tema é a crise da Modernidade e a crítica à ideia de sujeito - sujeito do livre-arbítrio, que determina suas ações a partir de sua própria razão ou da alma. Na apresentação, colocamos como epígrafe uma frase de Freud: "O eu não é mais senhor em sua própria casa". É uma frase que faz ligação com o título do livro e mostra o quanto Espinosa e Nietzsche estão na base não só da Psicanálise, como desse pensamento da afetividade inconsciente. O que eles estão dizendo, em outras palavras, é que nós somos motivados, inconscientemente, por nossos afetos.

Revista Filosofia, abril de 2011.

A devassa das fronteiras da intimidade (YVES DE LA TAILLE)

A busca incessante e insensata pela fama, assistida nos reality shows, mesmo que à custa de humilhação, infligida ou sofrida, é uma faceta que merece ser analisada

Enquanto no mundo acontecem coisas diversas, das mais belas e das mais trágicas, uma ou duas dezenas de pessoas se entregam a uma atividade no mínimo estranha: permanecer trancafiadas numa casa, sem contato com o resto do planeta, mas sob a vigilância ininterrupta de várias câmeras de televisão que transmitem ao vivo tudo o que fazem e dizem a milhões de pessoas que também se entregam ao passatempo não menos estranho de assistirem cotidianamente a essa extravagante convivência. Eestou, é claro, falando da versão brasileira dos **reality shows**, como o famoso **Big Brother Brasil (BBB)**, que em 2011 recebe sua 11ª edição.

Um dos atributos essenciais de um ser humano livre é justamente o de ter controle do acesso de outros a áreas de sua pessoa

Esse programa televisivo pode ser analisado e criticado por vários aspectos, a começar pelo próprio nome retirado do célebre e sério romance de George Orwell, **1984**: é triste verificar que um nome criado para alertar sobre perigos totalitários seja reduzido a mero título de uma "diversão" de gosto duvidoso. Pode-se também associar o **BBB** ao erotismo sem sensualidade que tem invadido a nossa cultura. E, entre outros aspectos, podemos simplesmente pensar, com Fernando Veríssimo, que **"chega a ser difícil encontrar as palavras adequadas para qualificar tamanho atentado à nossa modesta inteligência"**.

Porém, há outro "atentado", comum em nossas vidas, que programas como **BBB** e similares colocam em primeiro plano: **o atentado à privacidade**.

Define-se privacidade como "controle seletivo do acesso ao eu". Ou seja, a privacidade equivale a selecionar quais aspectos, corporais ou mentais, da pessoa serão revelados, ou não, a terceiros. Por exemplo, usamos roupas para que pessoas não possam ver partes de nosso corpo, mas, perante algumas, aceitamos ficar nus. Outro exemplo: há pensamentos e sentimentos que escondemos de alguns, mas que confiamos a outros.

Isto posto, um dos atributos essenciais de um ser humano **livre** é justamente o de ter controle do acesso de outros a áreas de sua pessoa. É por essa razão que Orwell criou o terrível Big Brother como símbolo de um estado totalitário que chega a privar os seus membros do último reduto de sua liberdade: o controle sobre a sua intimidade.

Ficaria ele espantado em saber que pessoas resolvem livremente colocar-se em situação semelhante à do pesadelo descrito no seu romance? É provável que sim, uma vez que ele viveu no começo do século XX e, logo, não presenciou alguns fatos posteriores que tenderiam paulatinamente a "naturalizar" a constante exibição de si mesmo e o decorrente abandono do controle da privacidade. Escreveu Paulo José da Costa Junior, da área de Direito, em seu livro **O direito de estar só**: "processo de corrosão das fronteiras da intimidade, o devassamento da vida privada, tornou-se mais agudo e inquietante com o advento das novas tecnologias."¹ O livro foi publicado em 1970 e de lá para cá tal devassamento somente tem aumentado: câmeras em todos os cantos; controles minuciosos em entradas de prédios e condomínios; **scanners** cada vez mais sofisticados, que literalmente despem as pessoas nos aeroportos; exames de DNA; celulares que nos tornam acháveis a qualquer hora e que nos filmam à nossa revelia; enquetes sobre nossos gostos pessoais, em processos de seleção em empresas, etc. O lema atual é essa cínica frase: **Sorria, você está sendo filmado**.

E o mais inquietante é que muitas pessoas sorriem mesmo! Ee isto porque não raras são aquelas que associam a exibição de si mesmas ao usufruto de uma "vida boa". Porém, é ledor engano pensar que tal abandono, forçado ou voluntário, das fronteiras da intimidade é benéfico para as pessoas e para a sociedade na qual vivem. Do ponto de vista do equilíbrio psicológico, é verdadeiro o alerta de Grinover: "Se cada um de nós tivesse de viver sempre sob as luzes da publicidade, acabaríamos todos perdendo as mais genuínas características de nossa personalidade."² A autora dessa frase é da área de Direito, mas encontra respaldo na Psicologia. Em minhas pesquisas, por exemplo, verifiquei que não somente a capacidade de ter segredos é precoce (por volta dos 4 anos de idade) como corresponde a uma necessidade das crianças para protegerem a construção de suas identidades³. Ora, para os adultos, vale o mesmo. **A Nouvelle Revue de Psychanalyse** publicou em 1976 todo um número dedicado ao tema do falar de si, à sua importância para os seres humanos e aos limites que devem ser respeitados. Nele, Piera Castoriadis-Aulagnier chega a defender o "direito ao segredo"⁴.

Mas não é somente do ponto de vista pessoal que a falta de fronteiras da intimidade causa prejuízos. Em seu clássico livro sobre as tiranias da intimidade, Richard Sennett observa que, hoje, as pessoas acreditam que não devem se relacionar desempenhando papéis sociais, mas sim sendo "espontâneas", revelando tudo o que pensam e sentem. Ora, para ele **"mais as pessoas são íntimas, mais as suas relações se tornam dolorosas, fratricidas e antissociais."**⁵ Não terá ele razão?

Então, embora não o saibam e nem o queiram saber, são de certa forma felizardos aqueles eliminados o mais cedo possível no paredão da todo-poderosa opinião pública...

Yves de La Taille é Professor Titular do Instituto de Psicologia da USP, autor de, entre outros livros, *Moral e Ética: dimensões intelectuais e afetivas* (Artmed, 2006), vencedor do Prêmio Jabuti 2007.

1. Costa Junior, P., J. (1970). *O direito de estar só*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais

2. Grinover, A. P. (1976). *Liberdades públicas*. São Paulo: Saraiva.

3. La Taille, Y. de (1996). A gênese da noção de segredo na criança. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol. 12, n. 3 pp. 245-251.

4. Castoriadis- Aulagnier, P. (1976). *Le doit au secret*. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, n. 14, pp. 141-158.

5. Sennett, R. (1979). *Les tyrannies de l'intimité*. Paris: Seuil.

Revista Filosofia, abril de 2011.

Prof. Lucas Rocha

Tiros em Realengo: perguntas, mortos e feridos (WASHINGTON ARAÚJO)

Induzir uma criança a desabafar suas emoções ao vivo e em cores, para todo o Brasil, em um, dois ou três diferentes telejornais certamente não faz parte de nenhum curso de primeiros socorros psicológicos para vítimas testemunhais de pesada violência.

Manhã do dia 7 de abril de 2011, uma quinta-feira como outra qualquer na Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, Zona Oeste do Rio. Passos apressados levam Wellington Menezes de Oliveira, um ex-aluno de 24 anos, a entrar por volta das 8h20m na sala de aula nº 4 do 2º andar dizendo que vai fazer uma palestra. Coloca a bolsa em cima da mesa da professora, saca dois revólveres e dá início a um massacre em escola sem precedentes na História do Brasil. Nos minutos seguintes, a atrocidade deixa 12 adolescentes mortos e 12 feridos.

As 96 palavras que escrevi no parágrafo acima fazem uso de 444 caracteres sem espaço para contar que foram assassinados 12 jovens em Realengo e feridos 190 milhões de brasileiros. O resto da história ficará estampado nos telejornais e nos programas de auditório da televisão. Continuará pendurado nos portais noticiosos e também nos blogs da internet. E será recitado por apresentadores e comentaristas de rádio do Brasil.

Saímos da tragédia para investir com armamento pesado na repercussão. Em um primeiro momento a corrida pela emoção nublava de vez qualquer iniciativa de investigação jornalística. Não importa sabermos que a "objetividade" deve ser perseguida a todo custo, em casos como o de Realengo a própria objetividade se encontra presa de pesares e aflições indizíveis. Havia 10 caminhos a percorrer:

1. Testemunhos dos alunos sobreviventes;
2. Testemunhos do policial militar que cumpriu a missão de sua vida: interromper o massacre matando o autor;
3. Testemunho passivo das câmeras de vigilância da Escola colocadas no corredor do 2º andar;
4. Testemunhos dos pais e parentes das jovens vítimas e também das que se encontram em tratamento intensivo nos hospitais cariocas e testemunhos da professora e de outros funcionários da Escola Municipal Tasso da Silveira;
5. Carta do assassino: sinais de distúrbio mental, sociopatia, fundamentalismo religioso, provável vítima de bullying, angústia sexual;
6. Visita exploratória à casa do assassino: tudo destruído, computador quebrado e destruído por fogo e depoimentos de familiares, vizinhos e conhecidos do alucinado Wellington Menezes de Oliveira;
7. Depoimentos de psicólogos sobre como tratar os sobreviventes da chacina e familiares das vítimas;
8. Depoimentos de defensores da tese do Desarmamento Total com convocação de novo plebiscito;
9. Depoimentos da presidenta Dilma Rousseff, do governador Sergio Cabral e do prefeito Eduardo Paes e decretação de luto oficial por três dias no país, no estado e na cidade do Rio de Janeiro;
10. Homenagens às vítimas nos campos de futebol (minuto de silêncio antes do início de vários jogos pelo Campeonato Brasileiro de Futebol; camisas de jogadores trazendo o nome de cada criança assassinada; balões brancos carregando seus nomes e cobrindo as torcidas; Bono Vox do U2 em show no Morumbi, em São Paulo, pedindo desarmamento e telão passando os nomes das 12 vítimas).

Todos sabem que a diferença entre o veneno e o remédio está na dose com que é ministrado. Observamos uma espécie de campeonato midiático-macabro a reportar o ocorrido em Realengo: cada veículo de comunicação desejava explorar algo ainda não explorado, mostrar todas as cores de sua indignação. É por isso que o Jornal Nacional (Globo) avisou logo: "Trazemos hoje uma edição especial". Especial porque Fátima Bernardes fez dobradinha com o marido-apresentador do JN William Bonner diretamente da Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo. É fato que, em menos de 24 horas, a tragédia de Realengo ganhou verbete na Wikipédia e já no começo da tarde da sexta-feira, 8, no Twitter, as hashtags #realengo e #tragedianorio lideravam a lista de trending topics do Brasil.

Pequenas testemunhas

As principais protagonistas da tragédia foram as crianças (pré-jovens?) sobreviventes. Elas foram "obrigadas" a contar uma a uma o que viram e o que sentiram e também o que pretendiam fazer no futuro. O (ab)uso dessas pequenas vítimas, sempre de forma tão intensa e tão desrespeitosa para com a dor que deviam estar sentindo era de esfaquear o coração de qualquer um. Quase todos os repórteres pareciam abdicar, logo de partida, qualquer sentimento de sincera solidariedade pelo trauma que ainda estavam

vivendo. Seus olhos eram nervosos, as lágrimas que tinham eram logo contidas por uma nova pergunta. Eu me perguntava: "Meu Deus, será que não existe nada no tão celebrado ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) que possa proteger as crianças vítimas de violência da sanha predatória de nossa imprensa?" Ainda posso tentar lembrar o tipo de inquirição que elas, uma a uma, tinham que passar:

- ** A tia mandou que a gente corresse.
- ** O que eu fiz? Eu corri para ele não me matar antes. Corri, fiz só isso: corri para me salvar.
- ** O que você sentiu quando o assassino olhou para você?
- ** Ele me disse: fique quieto gordinho que você não vai morrer.
- ** Então vi minha amiga Laryssa com um tiro na testa e outro no peito.
- ** Saí correndo e vi uma menina caída na escada, ainda ajudei um pouco e depois corri.
- ** Se quero voltar à escola? Não, não quero mais. Se só não quero mais estudar nesta escola? Sim, nesta não.
- * Ele me olhou com a cara assim como se estivesse rindo e começou a disparar. Meu amigo foi o primeiro que caiu.
- * O que senti naquele momento?

Continuo pensando que os profissionais de imprensa, principalmente os que trabalham para emissoras de tevê, deveriam fazer algum curso para saber se portar com um mínimo de decência, um pouco que fosse de humanidade em uma situação como essa da escola em Realengo. Não preciso fazer cinco anos de faculdade de psicologia para compreender que situação tendo um franco atirador em sala de aula é mais que suficiente para gerar trauma profundo. E sei que ser induzido a desabafar suas emoções ao vivo e em cores, para todo o Brasil, em um, dois ou três diferentes telejornais certamente não faz parte de nenhum curso de primeiros socorros psicológicos para vítimas testemunhais de pesada violência.

Queremos apelar? Vamos lá, então. Se fosse a escola onde estudassem os filhos dos editores, dos apresentadores de telejornais, dos donos de revistas, das repórteres mais reconhecidas por seu talento e profissionalismo... será que seus filhos seriam obrigados a passar por todo aquele batalhão com agendas claramente inquisitoriais? Sei que a resposta é não. Não faltaria quem lhes dissesse algo como: "Não, minha filha não vai dar entrevista coisa nenhuma. Nem vem que não tem. O que ela precisa agora é de descanso, uma viagem, esquecer tudo isso e não lembrar tudo isso!"

E que ninguém tenha dúvida: seriam imediatamente atendidos.

Washington Araújo é jornalista e escritor. Mestre em Comunicação pela UNB, tem livros sobre mídia, direitos humanos e ética publicados no Brasil, Argentina, Espanha, México. Tem o blog <http://www.cidadadomundo.org> Email - wlaraujo9@gmail.com Site Carta Maior, abril de 2011 (www.cartamaior.com.br)

Bullying e incivildade (ROSELY SAYÃO)

O "bullying" não é um fenômeno moderno, mas hoje os pais estão bem preocupados porque parece que ele se alastrou nos locais onde há grupos de crianças e jovens, principalmente na escola. Todos têm receio de que o filho seja alvo de humilhação, exclusão ou brincadeiras de mau gosto por parte dos colegas, para citar exemplos da prática, mas poucos são os que se preocupam em preparar o filho para que ele não seja autor dessas atividades.

Quando pensamos no "bullying", logo consideramos os atos violentos e agressivos, mas é raro que os consideremos como atos de incivildade. Vamos, então, refletir a respeito desse fenômeno sob essa ótica. Por que é que mesmo os adultos que nunca foram vítimas de atos de violência, como assalto ou furto, sentem uma grande sensação de insegurança nos espaços públicos? Simples: porque eles sentem que nesses locais tudo pode acontecer.

A vida em comunidade está comprometida, e cada um faz o que julga o melhor para si sem considerar o bem comum. Outro dia, vi uma cena que exemplifica bem essa situação. Em uma farmácia repleta de clientes, só dois caixas funcionavam, o que causou uma fila imensa. Em dado momento, um terceiro caixa abriu e o atendente chamou o próximo cliente.

O que aconteceu? Várias pessoas que estavam no fim da fila e outras que aguardavam ainda a sua vez correram para serem atendidas. Apenas uma jovem mulher reagiu e disse que estavam todos com pressa e aguardando a sua vez. Ela se tornou alvo de ironias e ainda ouviu um homem dizer que "a vida é dos mais espertos". Essa cena permite uma conclusão: a de que ser um cidadão responsável e respeitoso promove desvantagens. É esse clima que, de um modo geral, reina entre crianças e jovens: o de que ser um bom garoto ou aluno correto não é um bem em si.

Prof. Lucas Rocha

Além disso, as crianças e os jovens também convivem com essa sensação de insegurança de que, na escola, tudo pode acontecer. Muitos criam estratégias para evitar serem vistos como frágeis e se tornarem alvo de zombarias. Tais estratégias podem se transformar em atos de incivilidade. A convivência promove conflitos variados e é preciso saber negociá-los com estratégias respeitadas e civilizadas. Muitos pais ensinam seus filhos a negociarem conflitos de modo pacífico e polido, mas muitos não o fazem.

É preciso estar atento a esse detalhe. Aliás, costumo dizer que é nos detalhes que a educação acontece. Faz parte também do trabalho da escola esse ensinamento. Aprender a não cometer atos de incivilidade diminuiria muito o "bullying". Para tanto, não se pode abandonar crianças ou jovens à própria sorte: é preciso a presença educativa e reguladora dos adultos. Isso vale, principalmente, nos horários escolares em que o fenômeno mais ocorre: na entrada, na saída e no recreio.

Folha de São Paulo, abril de 2011.

A indelével memória do Google (ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO e PEDRO IVO R. VELLOSO CORDEIRO)

A LIBERDADE DE IMPRENSA deve ser vista como uma conquista democrática, com sabor de cláusula pétrea. Insuscetível a qualquer discussão. A censura prévia, então, há de ser extirpada em nome da democracia e do direito de acesso à informação. Cada um é responsável pelo que escreve ou pelo que fala. Eis o sistema tradicional de responsabilização da imprensa.

Com a chegada da internet, esse sistema corre o risco de se tornar inócuo. Com ela, temos aprendido a lidar com informações, em princípio, sem cara, sem DNA, sem assinatura. A disseminação indiscriminada, desleal, é frequente e, muitas vezes, não se chega a um autor.

Ainda que encontremos o responsável, novos difusores fazem a informação proliferar em velocidade exponencial. É fato que o anonimato transformou a web em um grande instrumento de contestação a regimes autoritários, como visto no mundo árabe. Como encarar o anonimato na internet, contudo, quando se trata do debate em sociedades democráticas?

No Brasil, vivenciamos uma situação que bem ilustra esse novo desafio. Um ex-executivo do banco suíço Julius Bär publicou um livro com, pelo menos, uma informação completamente inverídica: a de que a governadora Roseana Sarney teria uma conta naquele banco. O conteúdo do livro foi ampla e anonimamente disseminado na web. A partir daí, alguns adversários políticos tentaram dar uma aparência de veracidade às informações. Cuidamos de adquirir o referido livro pela internet. Após lê-lo, fomos à sede de tal banco, em Zurique, e obtivemos documentos oficiais que comprovam que a nossa cliente nunca abriu ou movimentou qualquer conta.

Alguns meses depois, o ex-diretor do banco entregou a Julian Assange, fundador do WikiLeaks, uma série de documentos que tratavam, supostamente, da movimentação bancária de pessoas ao redor do mundo. Dessa vez, os rumores se difundiram em uma velocidade muito maior, graças à notoriedade do WikiLeaks. No caso da nossa cliente, pudemos comprovar que se tratava de uma calúnia. Por precaução profissional, dias antes, sentindo o cheiro da possibilidade do uso traiçoeiro dos rumores, comunicamos por e-mail ao advogado de Julian Assange, Mark Stephens, que possuíamos documentação que desmentia a informação transmitida ao seu cliente. Ficou o registro, para a garantia de direitos.

Temos de reconhecer que se, por um lado, a difusão dessa falácia foi potencializada pela internet, por outro lado, a web foi quem possibilitou a rápida defesa. A aquisição do livro, o envio do e-mail ao advogado britânico e o acesso a informações do portal WikiLeaks só foram possíveis graças à rede mundial.

Todavia, feito todo esse trabalho, a busca no Google mostra quase somente os falsos rumores. A explicação da governadora, por mais consistente que seja, não encontra o mesmo eco dos boatos maldosos, segundo os critérios fixados pelo buscador. Para isso, ainda não há nenhum remédio. Temos de conviver calados com a seletiva e indelével memória do Google.

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO, o Kakay, é advogado criminalista. Foi secretário do Conselho de Direitos da Pessoa Humana (governo Sarney). **PEDRO IVO R. VELLOSO CORDEIRO** é advogado criminalista. **Folha de São Paulo, abril de 2011.**

Pão com manteiga (LUIZ FELIPE PONDÉ)

NÃO SOU uma pessoa muito sensível. Diria mesmo que sou insensível. Choro pouco. Claro, homens não podem chorar, ainda hoje, mesmo que o contínuo blábláblá que tomou conta do mundo diga o contrário.

Você, leitor, experimente chorar umas duas vezes numa semana, e verá sua namorada desertar.

Se meus amigos não tivessem pena de mim, diriam que sou desumano. À noite, penso em como devo me comportar para que os traços e os gestos do desumano em mim não traiam a farsa.

Prof. Lucas Rocha

Mas, por sorte, eu encontro abrigo em meus poucos mestres. Sim, tenho uns poucos. Nietzsche, Freud, Dostoiévski, Pascal, Cioran, Nelson Rodrigues. Aliás, como disse semanas atrás, tenho lido e relido este meu conterrâneo repetidas vezes nos últimos tempos.

No volume "Não Tenho Culpa que a Vida Seja Como Ela É" (ed. Agir), Nelson conta como sofreu com sua coluna "A vida como ela é..." devido à tristeza de suas histórias. Muitos leitores cobravam dele uma "vida mais feliz". "Mas como fazer da vida algo diferente do que ela é?", pergunta a si mesmo. A verdade é que, às vezes, podemos. Na primeira história do volume (uma introdução a ele), Nelson Rodrigues conta como, certa feita, esperando para ser atendido num pronto-socorro, viu um bebê chorar pus. E ele sentiu vergonha de sua "felicidade problemática" e de sua "pouquíssima alegria".

Graças a Deus, momentos como esses acontecem. Não sou alguém que tenha consciência social. Aliás, não acredito em ninguém que diga que tenha consciência social e não esteja morto ou miserável por tê-la. "Consciência social" hoje é a essência do marketing social dos bancos. "Consciência social" logo será uma marca de calça jeans, não significa nada, ou está numa prateleira de supermercado ao lado da mostarda.

Certa feita há algum tempo, ofereceram um trabalho para mim que salvaria o mês. Por uns dois dias, dei aula para professores da "rede". Sentia a rejeição clara neles com relação à minha missão: uma espécie de educação continuada. Olhavam-me como um enviado pelos inimigos para fingir que os estava ajudando com meu conhecimento "superior".

Não os culpo, às vezes a raiva pode ser a última forma de humanidade em alguém. Na hora do intervalo, um lanche foi servido. Minha colega e eu ganhamos sanduíches de queijo e presunto com Coca-Cola - ou algo semelhante. Fomos levados a uma sala separada.

Os professores, nossos "alunos", receberam, no meio do pátio, uma bacia com pães com manteiga e algum tipo de suco irreconhecível. Ou algo semelhante. Não conseguimos comer nosso lanche e ver pela janela os professores comerem aquilo de pé. De minha parte, posso dizer que uma vergonha imensa tomou conta de mim, tirando minha fome. Fomos comer com eles.

Outro dia, parei numa esquina de um bairro de classe média alta, por conta do farol vermelho. Crianças cercaram o carro, como sempre. Não sou do tipo que se deixa contaminar por qualquer tipo de "misericórdia de dois reais" - ainda que reconheça que, para alguém que nada tem, dois reais podem significar um pão com manteiga.

Uma menina de uns 13 anos se aproximou. Ela me pediu um trocado. Seu sorriso era bonito. Decidi dar um trocado pra ela. Enquanto procurava por uma moeda, ela me perguntou: "Como é o nome desse carro mesmo?" (ela mesma disse o nome do carro, antes que eu respondesse). "Ele não é do Brasil, é?" Respondi que não. Então ela perguntou de qual país vinha. "Inglaterra", disse eu.

Depois, ela disse pra mim: "Eu vou pra escola e estudo porque um dia, quando crescer, vou pra universidade e vou trabalhar muito e vou ganhar muito dinheiro, porque quero ter um carro igualzinho a este". Admiro sua vontade de ter um carro inglês, mesmo que pareça um miserável sonho de consumo para uma miserável menina pobre. Falta esse tipo de "gana" no Brasil, e muita gente espera muito do Estado.

Não contei esses dois fatos para que o leitor pense que finalmente tenho coração. Conto para que eu mesmo acredite que tenho coração, porque o simples fato de ouvi-lo bater pode não significar nada além do que a respiração de uma pedra.

ponde.folha@uol.com.br – Folha de São Paulo, abril de 2011.

Estilos da vida (CONTARDO CALLIGARIS)

VOCÊ SE lembra daqueles personagens de quadrinhos que são impiedosamente seguidos por uma nuvem preta, que é uma espécie de guarda-chuva ao contrário? Eles não têm para onde fugir: deslocam-se, mas a chuva os persegue, mesmo debaixo do teto de sua casa.

Claro, no outro extremo do leque há pessoas que são seguidas por um sol esplendoroso, mesmo quando estão no escuro ou no meio de um desastre que deveria empalidecer a luz do dia (se ela tivesse vergonha na cara).

Em suma, cada um de nós parece estar sempre numa condição meteorológica que lhe é própria e não depende nem da estação nem dos acontecimentos do momento. Esse clima privado, como um pano de fundo que nos seria imposto, é uma consequência quase inevitável dos primórdios de nossa vida e das bênçãos ou maldições murmuradas ao redor de nosso berço. Talvez sejamos um pouco mais livres para escolher o estilo da vida que levaremos, seja qual for nosso pano de fundo.

Geralmente, por estilo DE vida, entende-se um modelo que a gente imita para construir uma identidade e propô-las aos olhos dos outros. Mas o estilo DA vida, que é o que me interessa hoje, é outra coisa: é a forma literária na qual cada um narra sua própria vida, para si mesmo e para os outros. Um exemplo.

Acabo de ler (e continuarei relendo por um bom tempo) "The Book of Dreams" (o livro dos sonhos), de Federico Fellini (ed. Rizzoli). São mais de 400 páginas, em grande formato, que reproduzem fotograficamente os cadernos nos quais o diretor italiano registrou seus sonhos, em palavras e desenhos, de 1960 a 1968 e de 1973 a 1990 (ele morreu em 1993).

Tullio Kezich, que assina a introdução, conta que, em 1952, no seu primeiríssimo encontro com Fellini, o diretor lhe perguntou o que ele tinha sonhado no dia anterior. Tullio não sabia e ganhou uma filípica de Fellini sobre a importância de não perder o "trabalho noturno", que seria no mínimo tão significativo quanto o que pensamos e fazemos quando estamos acordados.

Fellini amava dormir e sonhar; ele vivia com um caderno ao lado da cama, onde registrava texto e visões imediatamente, ao despertar. E note-se que seu interesse pelos sonhos era anterior a seu primeiro contato com a psicanálise (que foi desastrado, com um freudiano, em 1954, e bem-sucedido com um junguiano, Ernst Bernhard, de 1960 a 1965, quando Bernhard morreu).

Vários amigos que me viram ler o livro me perguntaram se, então, os sonhos de Fellini serviam de material para seus filmes. A questão não cabe. O que o livro revela é que, para Fellini, o sonho era, por assim dizer, o gênero literário no qual ele vivia (e portanto contava) sua vida- nos cadernos da mesa de cabeceira, nos filmes e no dia a dia. Cuidado. Fellini não especulava nem um pouco sobre, sei lá, a "precariedade" de nossa percepção, que pode confundir sonho com realidade. Ele nunca se perguntava se o que estava vivendo era sonho ou realidade, porque, para ele, o sonho era, propriamente, o estilo da realidade.

Esse estilo era o que fazia com que seu olhar estivesse constantemente maravilhado ou atônito: graças a esse estilo, ele atravessava (e contava) a vida como "um mistério entre mistérios" (palavras dele). Pois bem, nós todos adotamos ou inventamos um estilo singular para a história de nossa vida -é o estilo graças ao qual nossa vida se transforma numa história.

Cada um escolhe, provavelmente, o estilo narrativo que torna sua vida mais digna de ser vivida (e contada). Há estilos meditativos, investigativos, introspectivos, paranoicos ou, como no caso de Fellini, oníricos e mágicos.

Quanto a mim, o estilo narrativo da minha vida é, sem dúvida, a aventura. Não só pelos livros que me seduziram na infância ("Coração das Trevas", de Conrad, seria o primeiro da lista). Mas porque a narrativa aventureira sempre foi o que fez que minha vida valesse a pena, ou seja, não fosse chata, mesmo quando tinha toda razão para ser.

Quando meu filho, aos quatro ou cinco anos, parecia se entediar, eu sempre recorria a um truque, que ele reconhecia como truque, mas que funcionava. Eu me calava e me imobilizava de repente, como se estivesse ouvindo um barulho suspeito e inquietante; logo eu sussurrava: "Atenção! Os piratas!". Nem ele nem eu acreditávamos na chegada dos piratas, mas ambos achávamos que a vida merecia um pouco de suspense.

ccalligari@uol.com.br – Folha de São Paulo, abril de 2011.

A Princesa, os tablóides e os cavalos (MALU FONTES)

EM TEMPOS DE VELHAS E NOVAS GUERRAS, catástrofes naturais no mundo e avalanches diárias de violência na TV doméstica, nada mais recomendável para o olhar saturado do telespectador do que voltar aos arquétipos imemoriais dos contos de fadas e consumir doses diárias de emoção alheia, de um tipo ao mesmo tempo novelesco e real: um casamento de princesa que, no mundo inteiro, anuncia-se em contagem regressiva. Quando, no próximo sábado, o príncipe inglês William e a plebeia Catherine Elizabeth Middleton trocarem alianças e pactos de amor eterno na Abadia de Westminster, em Londres, no mesmo lugar onde há 30 anos casaram-se Diana e Charles (pais do noivo), nada menos que 2,5 bilhões de telespectadores em todo o mundo estarão de olhos vidrados na tela. E, estranhamente, cada telespectador saberá mais detalhes da vida privada do casal do que sabe sobre sua própria família.

Sedenta de novos personagens para encher os olhos da audiência, a TV do mundo rendeu-se aos encantos de Kate Middleton desde que o noivado com o príncipe inglês foi anunciado oficialmente ao mundo e ela foi entronizada como o mais novo ícone fashion, embalada em um *wrap dress* azul (vestido envelope) e ostentando um anel de diamantes e safira do acervo da falecida sogra. Desde então, e num crescendo à proporção que o casamento aproximava-se, o casal principesco foi ocupando com a força de um tsunami todos os espaços midiáticos, dos jornais impressos regionais do interior do Brasil aos sites de moda mais antenados de Tóquio, passando por generosos espaços no francês Le Figaro, que na última quarta-feira inseria um caderno especial dedicado ao casal real. Blasè como exige o comportamento francês, o jornal falava da moça a pretexto de abordar curiosidades dos ingleses, e não dos franceses, claro, sobre a moça. Ah, tá.

PITANGAS - Embora a mera ideia de um casamento de princesa pareça não fazer o menor sentido no mundo contemporâneo, na prática o comportamento da audiência global parece dizer exatamente o contrário. Tudo o que se refere à vida do casal é sucesso de venda e público. O ar de cerimônia ritualística e de sonhos parece impregnar todas as abordagens na imprensa, mesmo quando se sabe que os noivos já moravam juntos há tanto tempo que os tablóides ingleses ironizavam a moça chamando-a de Waity Kate (a paciente Kate), numa insinuação de que William iria enrolá-la o resto da vida sem casamento. Na prática, o espaço dado pela mídia do mundo a Kate desenha-se como um dos mais desafiantes fardos para quem, cerca de três décadas depois, é colocada, querendo ou não, no lugar de um dos ícones de comunicação de massa mais registrados do século XX, Lady Diana, que, até a morte (em um acidente de trânsito, em Paris), foi literalmente submetida à perseguição inclemente dos fotógrafos.

Sobre a tão discutida e (mal)diagnosticada relação entre Diana e a mídia, em todos os seus formatos, vale dizer que, nessa história, embora aqueles que a mitificam e preferem emoldurá-la como vítima e mártir dos paparazzi digam o contrário, não há santinhos nem demônios. Se a imprensa cor de rosa ou marrom importunava a doce Lady Di, ela, por sua vez, não se fez de rogada e soube usá-la muito bem, e como ninguém das hostes da realeza havia feito até então, para vingar-se daqueles que ela aparentemente considerava seus algozes verdadeiros: a rainha ranzinha Elizabeth II, que nunca tolerou uma nora tão dada às lentes e câmeras, o marido feioso, rabugento, anti-carismático e adúltero e a amante dele, Camila. Foi através dessa imprensa (a dos tablóides e dos programas de TV voltados para a vida das celebridades) que a infeliz, bela e fashionista falecida sogra de Kate chorou as pitangas que o resto do mundo prefere crer que as cinderelas reais não têm.

CAVALOS - Quanto à Kate, em um mundo em que o exagero e o gozo da felicidade explicitada parecem ser todo o tempo exigidos das pessoas que caem no encanto da indústria de celebridades, o desafio é aliar essa personagem de referência em moda, beleza, comportamento e atitude que a mídia do mundo já grudou nela à contenção e ao comedimento que a realeza inglesa cobra dos seus. Em um contexto onde se tem, de um lado, os tablóides ingleses inclementes e, de outro, nos domínios de Buckingham, os rigores da rainha-mãe (que Diana preferiria chamar de má), ser feliz para sempre, o mantra dos contos que nomeia o destino das princesas após o casamento, é algo muito mais improvável do que aquilo que se espera dos quatro cavalos que conduzirão a carruagem dos recém-casados pelas ruas de Londres, entre a Abadia e o Palácio. Há meses os pobres-ricos bichos vem sendo adestrados para tirar de letra os barulhos da multidão estimada em um milhão de pessoas entre as quais os equinos reais terão que passar.

MALU FONTES é jornalista, doutora em Comunicação e Cultura e professora da Facom-UFBA. Texto publicado originalmente em 24 de abril de 2011, no jornal A Tarde, Salvador/BA. maluzes@gmail.com

A lei antivéu na França fere o Estado laico? SIM

O véu da intolerância (ROBERTO LIVIANU)

HÁ DUAS SEMANAS, os franceses vivem sob a batuta de uma lei que trouxe a toda humanidade mais intolerância, segregação e subcidadania. A lei antivéu, que proíbe muçulmanas de cobrir o rosto nas ruas, nasceu impregnada de xenofobia e caráter discriminatório, em movimento estatal não isolado.

Por isso, a França tem sido palco nos últimos anos de uma série de atos e manifestações intensas de repúdio a posturas estatais antiestrangeiros. E o que causa maior perplexidade é a justificativa que adota o governo francês, no sentido de que a medida vem em defesa do caráter laico do Estado. Cogita-se agora ir além: proibir muçulmanos de orar em espaços públicos.

Durante muito tempo, Estado e Igreja foram quase como gêmeos siameses, quando, no século 16, por ocasião da Reforma protestante, Martinho Lutero apontou corajosamente os malefícios sociais advindos da adoção do Direito canônico como instrumento regulador da sociedade e enfatizou a necessidade de se ter leis laicas, racionais e mutáveis, pregando o não ao dogma - verdade histórica absoluta, imutável e inquestionável.

A reflexão proposta por Lutero foi de extrema importância para a construção do conceito moderno de cidadania. Na França, em especial, há 222 anos foram banidos de prédios públicos os símbolos religiosos e se extinguiu o ensino religioso em escolas. Abominar o véu que as mulheres islâmicas usam para cobrir o rosto é desconsiderar que a indumentária das pessoas se relaciona às suas matrizes culturais e históricas. Será que, se um grupo de francesas protestantes mais fervorosamente puras quisessem cobrir os rostos com véus, apenas por isso seriam abordadas pela polícia?

Viola-se, em nome da laicidade do Estado, da transparência e da segurança dos cidadãos, o direito à soberania cultural dos povos, o direito à personalidade e o próprio direito à liberdade de expressão, já que o trajar é uma verdadeira forma de expressão.

Desrespeitar estrangeiros parece ter virado algo tolerável. É ilustrativa, neste sentido, uma cena do filme "O Plano Perfeito", de Spike Lee, em que um estrangeiro -que, na verdade, era apenas uma das vítimas

do assalto ao banco- tem seu turbante arrancado em público, à força, e puxadas com violência as tranças de seu cabelo de forma humilhante, indigna e constrangedora, logo sendo colocado por sua condição de estrangeiro no patamar de suspeito.

No fundo, não há defesa alguma do caráter laico do Estado, que não passa de mero pretexto jurídico-político para agredir e desrespeitar pessoas adeptas de uma determinada religião, ferindo de morte a liberdade de credo. Ou alguém já ouviu falar de lei proibindo os sacerdotes da igreja católica e de outros credos de usarem suas largas batinas em espaços públicos em prol da segurança pública, em função do risco de ocultarem armamentos?

Não podemos nos esquecer jamais de que as ideias do Iluminismo francês determinaram profunda revisão de conceitos universais, substituindo-se o eixo central de preocupação da civilização, que era Estado/igreja e passou a ser a dignidade humana. E de que, nas democracias modernas, os governantes são escolhidos pela maioria, mas devem governar para todos, inclusive para as minorias.

Em tempos de celebração da Páscoa cristã e do Pessach judeu, espera-se que a forte simbologia humanista dessas festas possa reacender a trilogia libertária francesa de 1789 - liberdade, igualdade e fraternidade-, assim como a relembração sobre as deliberações da conferência da Unesco (Paris, 1995) que institui o Dia Internacional da Tolerância.

ROBERTO LIVIANU, 42, doutor em direito pela USP, é promotor de Justiça e presidente do Movimento do Ministério Público Democrático.

A lei antivéu na França fere o Estado laico? NÃO

Ninguém pode gostar da burca ou do niqab (LUIZA NAGIB ELUF)

É EVIDENTE QUE NÃO se pode fazer qualquer barbaridade em nome da religião. Já tivemos casos, no Brasil, em que seguidores de determinadas crenças, em seus rituais macabros, sacrificaram crianças.

Os autores dessas atrocidades não escaparam da aplicação da lei penal alegando direito de manifestação religiosa. O Brasil, assim como a França, é um Estado laico, ou seja, permite que todas as religiões se expressem e, ao mesmo tempo, não abraça nenhuma delas como crença oficial.

É claro que o exemplo citado é aberrante, mas é justamente por isso que o escolhi: torna claro que a liberdade religiosa só vai até onde começam os direitos da cidadania, bem como as leis estabelecidas para vigorar em determinado território. Não existe direito absoluto. A proibição do uso da burca e do niqab, na França, é correta e não fere o princípio do Estado laico. Primeiro, porque, conforme as leis francesas, a humilhação ou a escravização da mulher não é permitida. Segundo, porque o Alcorão não determina o uso do véu. O que é dito no livro sagrado do islã é uma recomendação para que os fiéis se vistam modestamente, nada além.

Portanto, a cobertura total e completa do corpo da mulher (e só da mulher, os homens podem se vestir sem as mesmas restrições) resulta de imposição cultural, e não exatamente religiosa. Tanto que nem todas as muçulmanas usam o véu integral e nem por isso deixam de praticar suas crenças.

Em terceiro lugar, é preciso lembrar que as regras mais elementares de segurança pública recomendam que as pessoas não cubram suas faces e não se ponham mascaradas ao frequentar espaços de uso comum. Parte da comunidade muçulmana na França sentiu-se cerceada pela proibição do véu integral, mas a reação não foi unânime.

O imã Taj Hargey, da Congregação Islâmica de Oxford, na Inglaterra, em entrevista à imprensa, declarou que muitos pensadores islâmicos ao redor do mundo deram boas-vindas às determinações restritivas ao véu na França, pois a mencionada indumentária é atentatória aos direitos femininos.

Por outro lado, quando algumas mulheres árabes se posicionam publicamente a favor da burca ou do niqab (os dois tipos de véu que cobrem o rosto, bem como todo o corpo e até as mãos), essas declarações demonstram a total falta de percepção da realidade e de sua própria condição. São pessoas que foram condicionadas a esse uso durante toda a existência e começaram a acreditar que são felizes assim.

No entanto, é óbvio que permanecer sufocada dentro de uma vestimenta, perdendo a própria identidade, anulando-se enquanto ser humano, submetendo-se totalmente ao poder do homem e aceitando a desigualdade como uma situação bem-vinda demonstra que essas mulheres foram destruídas no âmago do seu ser e assumiram a "servidão voluntária". Ninguém pode gostar da burca ou do niqab.

As sociedades ocidentais passaram por séculos de debates sobre os direitos da cidadania, o combate ao poder absolutista e, mais recentemente, sobre a conscientização dos oprimidos, explicada por Marx.

Toda a história da esquerda política trata da tomada de consciência das dominações toleradas e aceitas e do combate para libertar suas vítimas. A religião, de fato, é um fundamento para a dominação difícil de ser superado, porque se trata de discutir com Deus. Por essa razão, o governo francês precisou intervir para estender a cidadania feminina a toda a população.

A reação às medidas tomadas deve ser favorável, e não de indignação. É de se lembrar o ditado: "Em Roma, faça como os romanos".

LUIZA NAGIB ELUF é procuradora de Justiça do Ministério Público de São Paulo. Foi secretária nacional dos Direitos da Cidadania no governo FHC e subprefeita da Lapa na gestão Serra/Kassab. É autora de "A Paixão no Banco dos Réus" e de "Matar ou Morrer - O Caso Euclides da Cunha", entre outros.

Novas e velhas ideias na economia (LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS)

OS ANALISTAS já têm indicações suficientes para entender que a gestão da economia brasileira vai mudar no governo Dilma. São declarações diárias de membros importantes do governo -inclusive da própria presidente- defendendo novos valores e ideias sobre como deve ser conduzida a política econômica no Brasil. Depois de mais de 16 anos de uma estabilidade de agenda, essa não é uma mudança simples, e os riscos - vistos de hoje - me parecem elevados.

Uma primeira observação precisa ser feita antes de avaliar esse novo rumo do governo: nos últimos 16 anos, a economia brasileira -e o resto do mundo também- mudou muito. Por isso, em princípio, não se pode a priori ser contra mudanças propostas pelo governo Dilma. Além disso, as crises que o chamado capitalismo viveu nos últimos anos colocaram em xeque a visão mais ortodoxa de uma economia de mercado. Por isso, não admitir correções de rumo na política econômica é uma posição retrógrada, burra e que precisa ser questionada.

Mas nessa busca por uma economia de mercado mais eficiente no Brasil -no fundo é disso que estamos tratando nos debates recentes- não podemos deixar de lado lições que permanecem válidas, mesmo com o passar dos tempos. Para mim, uma das mais importantes dessas é a chamada curva de Phillips, que relaciona o desemprego e a inflação. Desenvolvida ainda nos anos 60 do século passado, ela mostra que, a partir de certo nível de desemprego, a inflação passa a crescer de forma não linear quando submetida a choques -internos e externos- de preços.

O auge da fama da curva de Phillips ocorreu nas décadas seguintes à sua formulação por uma razão que poucos analistas entenderam: a força do movimento sindical à época e sua capacidade de manter o valor real dos salários via aumentos nominais indexados à inflação passada. Com o posterior enfraquecimento dos sindicatos nas principais economias do mundo e um aumento da eficiência das ações dos bancos centrais, a curva de Phillips entrou em declínio.

Mas ela voltou agora com toda a sua força original -embora ainda pouco percebida inclusive pelos economistas liberais mais radicais - no Brasil da presidente Dilma. Como a história nunca se repete integralmente, os efeitos de uma taxa de desemprego muito baixa sobre a dinâmica de aumento de preços no Brasil estão mitigados hoje pela combinação de uma moeda forte e um fluxo muito grande de importações. Mas, se olharmos apenas para os setores que não sofrem os efeitos das importações, a velha curva de Phillips se mostra em todo seu vigor.

Como a maioria dos analistas mais ortodoxos tem uma dificuldade imensa de considerar o mercado de trabalho em suas análises, a preocupação com ele fica restrita a economistas que têm uma forte influência da metodologia keynesiana ao olhar para os problemas econômicos. Por outro lado, o pensamento dominante nas lideranças petistas considera os índices de desemprego baixo um dos êxitos mais marcantes de seu período no governo federal.

Eufóricos e cegos, não acreditam na curva de Phillips porque a vêem como um instrumento agressivo da burguesia contra a classe trabalhadora. Bem ao estilo petista de reagir a críticas.

Uma prova do descaso das autoridades do governo Dilma para com esse problema é a euforia de seu ministro do Trabalho ao anunciar recentemente que ele garante uma criação de mais de 3 milhões de novos postos de trabalho em 2011. Certamente o sr. Lupi não tem a menor ideia do que o economista neozelandês da London School of Economics mostrou meio século atrás e, se o soubesse, usaria expressões de Leonel Brizola, fundador de seu partido, para desqualificá-lo.

Outros economistas depois de Phillips aprofundaram suas conclusões e mostraram com mais profundidade os riscos para a inflação de taxas de desemprego muito baixas em um ambiente de forte demanda. O Brasil será nos próximos meses um terreno fértil para verificar quem tem razão nessa questão.

LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS, 68, engenheiro e economista, é economista-chefe da Quest Investimentos. Foi presidente do BNDES e ministro das Comunicações (governo Fernando Henrique Cardoso). Escreve às sextas, quinzenalmente, nesta coluna.

A tragédia de Realengo e a Páscoa judaica (DAVID WEITMAN)

JÁ HOUE ÉPOCAS em que "levar bomba" na escola poderia ocasionar, no máximo, uma severa repreensão dos pais e a perda de um ano de estudos. Atualmente, a bomba é literal.

Estamos nos dias da Páscoa, quando a Lei Judaica nos obriga a se abster de qualquer pão convencional (fermentado) e a consumir apenas a matsá (pão ázimo), lembrando a libertação do povo judeu da escravidão do Egito. Ambos são elaborados com água e farinha, mas o pão cuja massa cresceu simboliza o orgulho; a matsá, o pão achatado, simboliza a humildade.

Ordenou o Criador: "E cuidareis do pão ázimo" (Êxodo 12:17), para que a matsá não fermente. Na prática, existem duas formas para você inibir a fermentação natural: a) Antes de começar a inflar, pegamos a massa e rapidamente a colocamos no forno.

b) Basta continuarmos a sovar a massa, trabalhando-a sem parar, não permitindo que ela fique "ociosa" - mesmo por horas-, e ela não fermentará.

Nossas crianças e nossos jovens são a massa mais preciosa que temos. Assim como, por natureza, qualquer massa fermenta e incha, de forma similar a criança, apesar de pura, é propensa ao egoísmo e pode tender para a maldade. É nossa obrigação cuidar dessas massas jovens para elas não fermentarem nem azedarem, pois uma criança que se sente rejeitada pode causar danos irreversíveis à sociedade. O judaísmo, como falamos, oferece duas alternativas para inibir a fermentação do caráter e a tendência para a arrogância e a maldade: o calor do forno e o trabalho com a massa.

Analogamente, devemos cercar nossos filhos com o calor humano que somente o amor emana. Eles precisam sentir-se queridos e membros orgulhosos e ativos de algo maior: família, comunidade e sociedade. Querem amar e ser amados, conhecer o calor e a intensidade dos relacionamentos familiares. Trabalhar a massa significa fazer com que os nossos jovens se interessem pelas coisas. Que estejam ocupados com assuntos bons e positivos. A ociosidade é extremamente perigosa para eles. Temos que dar a eles muitas responsabilidades para cumprir a fim de que não tenham tempo nem sequer para pensar em errar.

Na triste tragédia da escola de Realengo, o assassino foi descrito pelos colegas como uma pessoa tímida e calada. Porém, numa análise mais profunda, percebe-se que ele cresceu sem o calor familiar necessário. Passou por vários braços e sofreu decepções e rejeições na vida. Também ficava horas e horas em frente à tela do computador. Uma vez que a tecnologia é desprovida de moral e não produz pessoas melhores, essa ociosidade e essa falta de "calor do forno" fizeram a massa fermentar.

Há décadas, o Rebe de Lubavitch, líder mundial judaico, já dizia: "Ao contrário do senso comum, que considera as crianças potenciais seres humanos, incapazes de atingir o seu valor completo antes da maturidade, a tradição judaica as vê como dignas e merecedoras do nosso tempo, já que personificam a pureza de propósitos, sinceridade, fé e amor à vida".

DAVID WEITMAN, rabino da Congregação Beit Yaacov, São Paulo.

Redução de danos (DRAUZIO VARELLA)

OS BRASILEIROS engordam cada vez mais. Em 13 anos estarão tão obesos quanto os americanos de hoje. Em pouco mais de uma década a paisagem humana de nossas cidades será a mesma que choca os turistas quando levam os filhos à Disneylândia.

É paradoxal: de um lado, nunca fomos expostos a tanta informação de qualidade sobre a conveniência de adotar a assim chamada alimentação saudável, beber com moderação, praticar atividade física e não fumar; de outro, adotamos o estilo de vida oposto. O fenômeno é mundial, poupa apenas os países muito pobres em que há falta de comida e de acesso ao conforto que a tecnologia proporciona.

Se toda a humanidade se comporta dessa maneira, sou forçado a questionar o papel da medicina no mundo moderno.

Há mais de 40 anos repito para meus pacientes que o corpo humano é uma máquina desenhada para o movimento, que a rotina sedentária e o excesso de calorias ingeridas apressam o envelhecimento e encurtam a duração da vida. Pareço o sacerdote no púlpito a insistir que os fiéis resistam às tentações da carne, diante da igreja surda. A questão da vida saudável transforma o médico num defensor involuntário da moral e dos bons costumes e desvia a medicina de sua função primordial: aliviar o sofrimento humano. Explico o que quero dizer, caríssimo leitor.

Um homem me procura porque bebe demais. O que posso fazer para ajudá-lo? Aconselhá-lo a beber com moderação? Explicar que a bebida faz mal? Receitar os poucos medicamentos que a medicina desenvolveu para enfrentar de forma pífia uma tragédia pessoal dessa magnitude? Ou encaminhá-lo para os Alcoólicos Anônimos? A experiência me ensinou a confiar mais nos Alcoólicos Anônimos, por uma razão simples: os resultados são melhores. Existe exemplo mais ilustrativo da incompetência médica do que curar menos do que um grupo de autoajuda?

Prof. Lucas Rocha

Na cadeia, atendo mulheres que imploram tratamento para largar da cocaína. Chegam desesperadas, cheias de dívidas que lhes ameaçam a integridade física. O que a medicina tem para oferecer-lhes além de aconselhá-las a dizer não às drogas? De que armas o médico dispõe para tratar as compulsões que infernizam aqueles que assaltam geladeiras na calada da noite, fumam, jogam, bebem, compram sem parar ou usam crack?

No início da epidemia de Aids, atendi um policial de 40 anos, pai de três filhos, que me pedia para encaminhá-lo a um cirurgião que o castrasse. Contou que não conseguia passar duas ou três semanas sem usar cocaína. Sob a ação da droga, invariavelmente ia atrás dos travestis que trabalham nas ruas, e acabava a noite nos hoteizinhos mais sórdidos da cidade. Nesses locais, já havia sido espancado e assaltado mais de uma vez. Ingênuo como eu era na época, expliquei que a causa de sua desventura não era a sexualidade, mas a cocaína. Respondeu que estava cansado de saber, o problema é que não conseguia evitar as recaídas; se pelo menos a libido lhe desse trégua, seria possível reduzir os danos que a droga lhe causava.

Tentei inutilmente convencê-lo a desistir da ideia da castração, cirurgia de consequências irreversíveis, mas ele estava tão decidido que sugeri uma medida alternativa: tomar uma injeção de uma droga que bloqueia a produção de testosterona durante três meses, período que lhe daria mais tempo para reflexão. Dois meses mais tarde, ele retornou, feliz com o resultado. Não havia abandonado a cocaína, mas estava livre da compulsão sexual. O exemplo é didático. Não é papel do médico julgar comportamentos de acordo com seus critérios morais, nem é aceitável que a medicina atribua ao doente a culpa moral por ser portador da enfermidade que o aflige.

A ciência médica moderna deveria abandonar a ficção ridícula de transformar seres humanos preguiçosos, compulsivos, cheios de defeitos e vícios que prejudicam o organismo, em rebanhos de cidadãos bem comportados que passem a existência dedicados a cuidar da saúde acima de tudo, porque sempre haverá aqueles que acharão sem graça viver dessa maneira.

O que nos falta são tratamentos eficazes e recursos técnicos para reduzir os danos da obesidade, do sedentarismo, da dependência química e das compulsões autodestrutivas que nos atormentam.

De que lado está a Justiça? (FERREIRA GULLAR)

FAZ POUCO mais de um mês, duas irmãs - uma de 15, outra de 16 anos - foram assassinadas por um sujeito que trabalhava como servente no prédio onde elas moravam, na cidade de Cunha, interior de São Paulo. Era um criminoso que cumpria pena, mas estava foragido, graças à generosidade de nosso sistema penitenciário: saíra da prisão há dois anos para passar a Páscoa com sua família (que não existia) e nunca mais voltara.

Como se vê, o nosso jeito de tratar os bandidos prova que, em matéria de respeito humano, somos incomparáveis. Claro, como permitir que um sentenciado passe a Páscoa sozinho, longe da família? Seria o cúmulo da desumanidade. O pobre homem ficaria triste em face de tamanha crueldade. Mas, felizmente, como nossa Justiça é generosa, ele pôde sair e entregar-se à sua vocação genuína: a prática do crime.

Não me dei ao trabalho de contar, mas, se não me equivoco, chegam a dezenas os casos, noticiados ultimamente pela imprensa, de criminosos que deixam o presídio para festejar algumas de nossas datas cristãs, não retornam à prisão e voltam a matar e roubar. Não obstante, não sei de nenhuma providência visando impedir que isso aconteça. O que faz com que tais fatos, que me deixam chocado - a mim e à vasta maioria dos cidadãos -, deixem indiferentes as autoridades responsáveis pela aplicação e elaboração de nossas leis?

Não posso crer que considerem normal tamanha liberalidade cujas consequências são pagas, à vezes com a vida, por cidadãos inocentes, a quem aquelas autoridades deveriam defender. Aliás, foram formadas e são pagas pela sociedade com a missão de fazer cumprir as leis. E o pior é que elas as cumprem, mas burocraticamente, pouco se importando com as consequências.

Mas será isso mesmo? Tenho dificuldade em acreditar que autoridades responsáveis pela Justiça vejam com indiferença casos como esses e achem mesmo que vidas humanas valem menos que o respeito aos "direitos" do condenado. Vejam bem: não se trata de usar contra os criminosos a crueldade de que eles costumam usar contra suas vítimas e, sim, de fazê-los entender que quem desrespeita as normas do convívio social tem de pagar por isso. Se não for assim, como levá-los a respeitá-las?

Não ignoro a complexidade do problema, mas é necessário não se deixar engolir por ela, distanciando-se progressivamente do objetivo real da Justiça, que é tornar segura a vida em sociedade.

Existe, certamente, uma ciência jurídica - e é necessário que exista-, mas não se deve esquecer que seu objetivo último é contribuir para o entendimento da prática jurídica, isto é, para a justa aplicação das leis em defesa dos cidadãos. No meu entender de leigo, não pode o princípio jurídico formal sobrepor-se à realidade dos fatos, como ocorreu recentemente com a Lei da Ficha Limpa.

Políticos notoriamente corruptos foram beneficiados por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, tão discutível que a metade dos ministros daquela corte se opunha a ela. Por um voto apenas, prevaleceu o

princípio da anualidade que, a rigor, não se aplica ao caso. Sancionada meses antes das eleições, a lei apenas impede a candidatura de políticos com ficha suja, sem alterar as normas do processo eleitoral.

Aliás, uma lei redundante, uma vez que jamais se poderia aceitar, para representar a sociedade, pessoas já condenadas pela Justiça. No meu entender, todo cidadão é inocente até que a Justiça o considere culpado, seja em que instância for. Se condenado, poderá recorrer da decisão judicial, mas já na condição de sentenciado e não mais como inocente, a menos que se admita que só a decisão de última instância tem validade.

Mesmo porque, se se leva em conta a quase infinita possibilidade de recursos que nossa Justiça permite, ninguém, que disponha de hábeis advogados, será condenado. Até que o processo chegue à última instância, o crime já prescreveu. Atrevo-me a lembrar que nossas leis não nos foram ditadas por Deus, mas feitas por nós mesmos, podendo, portanto, ser modificadas se não cumprem com sua função, que é fazer justiça.

Homossexuais lutam por direitos em universidades religiosas nos

EUA (ERIK ECKHOLM) – THE NEW YORK TIMES – Waco (Texas, EUA)

Taylor Schmitt (o terceiro a partir da direita), se assumiu gay no ano passado. Na imagem, ele participa de festa com amigos na Universidade Cristã Abilene, no Texas

A luta pela aceitação de alunos homossexuais surgiu nos lugares que menos a esperavam: nos vários colégios e universidades cristãos evangélicos que, em suas crenças fundamentais, veem a homossexualidade como um pecado.

Décadas depois que o movimento pelos direitos homossexuais varreu as escolas seculares do país, mais gays e

lésbicas de colégios cristãos estão começando a sair do armário, exigindo o direito de proclamarem suas identidades e formar clubes nos campi, e rejeitando as sugestões de buscarem ajuda para suprimir seus desejos homossexuais. Muitos dos novos militantes cresceram como cristãos e desenvolveram consciência de suas identidades sexuais só depois de começar o colégio, e anos depois de conflitos internos. Eles vêm de uma nova geração de jovens evangélicos que, acima de tudo, tem visões bem menos rígidas sobre a homossexualidade do que os mais velhos.

Mas em seus esforços de afirmação, quer seja nos clubes no campus ou mais publicamente no Facebook, os alunos homossexuais estão batendo de frente contra os administradores que defendem aquilo que descrevem como a lei de Deus sobre a moralidade sexual, e que por sua vez precisam responder aos conselhos e alunos conservadores. Enfrentando proibições vagas contra o "comportamento homossexual", muitos alunos se preocupam com que tipo de atitude – andar de mãos dadas com um parceiro, por exemplo, ou colocar uma foto num site gay – pode prejudicar suas bolsas de estudo ou levar à expulsão.

"É como uma força incontrolável que se depara com um objeto imóvel", disse Adam R. Short, calouro de engenharia na Universidade Baylor que é gay assumido e lutou, sem sucesso, para o reconhecimento de um clube no campus para discutir a sexualidade e lutar contra a homofobia.

Poucos colégios religiosos mais liberais, como a Universidade Belmont em Nashville, que tem origens batistas, permitiram, relutantemente, a formação de grupos de alunos gays. No caso de Belmont, após anos de um aquecido debate, e logo depois que a universidade obrigou uma técnica de futebol lésbica a pedir demissão. Mas a resposta mais típica veio de Baylor, que com 15 mil alunos é a maior universidade batista do país, e que se recusou a aprovar o fórum sobre sexualidade.

"Baylor espera que seus alunos não participem de grupos que promovam uma compreensão da sexualidade contrária aos ensinamentos bíblicos", disse Lori Fogleman, porta-voz da universidade.

Apesar da rejeição, mais de 50 alunos continuam a realizar encontros semanais do Fórum de Identidade Sexual, e continuarão buscando a validação moral que seria fruto do status formal, disse Samantha A. Jones, veterana e presidente do grupo.

"O corpo de estudantes é grande e está pronto para isso", disse Saralyn Salisbury, namorada de Jones e também veterana da Baylor. "Mas a administração e os regentes não."

Na Universidade Cristã Abilene no Texas, vários alunos são homossexuais assumidos, e muitos mais estão pressionando, nos bastidores, por uma mudança. Na última primavera, a universidade não permitiu a

formação de uma Aliança Gay-Heterossexual. “Queremos lidar com esses temas complexos, e oferecer ajuda e orientação para os alunos que estão lutando com a atração pelo mesmo sexo”, disse Jean-Noel Thompson, vice-presidente da universidade para a vida estudantil. “Mas não vamos abraçar nenhum grupo de defesa da identidade homossexual.”

Na Universidade Harding do Arkansas, que como a Abilene é afiliada às Igrejas de Cristo, meia dúzia de alunos e ex-alunos publicaram uma revista online no começo de março com relatos pessoais sobre as dificuldades dos alunos homossexuais. A universidade proibiu o acesso ao site em seu servidor de internet, o que ajudou a fazer com que o ele se tornasse um produto viral no mundo das universidades religiosas.

Na capela, o presidente da Harding, David B. Burks, disse aos alunos que a universidade “não tentaria controlar o pensamento deles”, mas que “era importante bloquear o site por causa do que ele dizia sobre a Harding, quem ela é e no que acredita”. Burks disse que o próprio nome do site, huqueerpress.com, era ofensivo. A maioria das faculdades evangélicas dizem que não disciplinam os alunos que admitem ter atração pelo mesmo sexo, apenas aqueles que assumem “comportamento” ou “atividades” homossexuais. (Nos campi evangélicos, o ato sexual fora do casamento é proibido para todos.)

A Abilene vê uma grande diferença, diz Thompson, entre um aluno que está com dificuldades particulares por conta de sentimentos de atração pelo mesmo sexo, e um “aluno que diz em e-mails, no Facebook e outros lugares, que é publicamente gay e que este é um estilo de vida que ele defende independentemente da posição da universidade.”

Amanda Lee Genaro diz que foi expulsa em 2009 da Universidade North Central, um colégio pentecostal em Minneapolis, quando foi mais afirmativa sobre sua identidade homossexual. Ela lutou contra seus sentimentos durante anos, disse Genaro, até 2006, quando foi inspirada por uma visita ao campus do SoulForce, um grupo nacional de alunos homossexuais religiosos que tenta levantar a discussão do tema nas universidades.

“Eu pensei, uau, talvez Deus me ame independente de eu gostar de mulheres”, lembra-se Genaro. Em 2009, depois que ela deixou a “terapia reparadora”, entrou no MySpace e admitiu ter uma relação romântica, mesmo que não consumada, com uma mulher, a universidade a suspendeu, dizendo que ela poderia se inscrever novamente dentro de um ano se deixasse a homossexualidade. Ela se transferiu para uma escola não-cristã.

Alunos homossexuais dizem que costumam ser questionados sobre o motivo porque frequentam colégios cristãos. Mas a questão, dizem eles, é injusta. Muitos foram criados em lares profundamente cristãos com uma expectativa de frequentar um colégio religioso, e lutaram por muito tempo contra sua homossexualidade. Eles chegaram à universidade, como um dos autores do Harding Web disse: “esperando que o colégio nos tornasse heterossexuais, e uma vez lá, percebemos que isso não aconteceria, não havia nada que se pudesse fazer quanto a isso.” Os alunos que assumem sua homossexualidade no campus dizem que é um alívio, mas que a vida continua difícil.

“Eu sou sozinho”, disse Taylor Schmitt, aluno do segundo ano da Abilene que entrou lá com uma bolsa total e com a esperança de que seu ser interior mudasse de certa forma. No final de seu primeiro ano, disse Schmitt, ele aceitou sua homossexualidade. Ele se transferiu para o departamento de inglês e deixou o departamento de estudos da Bíblia que, segundo ele, “tinha o ar das decepções e falsidades passadas que eu havia criado em torno de mim.”

Em vez de mudar de universidade e desistir de sua bolsa, ele está fazendo aulas extras para se formar um ano mais cedo. Alguns dos alunos homossexuais acabam desiludidos com o cristianismo, e até se tornam ateus, enquanto outros buscam igrejas mais liberais.

David Coleman foi suspenso pela Universidade North Central em seu último ano em 2005, depois que distribuiu panfletos que divulgavam um site de apoio a homossexuais e admitiu ter relações íntimas (mas não sexuais) com outro homem. Ele chama o ambiente da universidade de “espiritualmente violento”.

Coleman, 28, está matriculado agora no Seminário Teológico Unido de Twin Cities em New Brighton, Minnesota, que é administrado pela Igreja Unida de Cristo, mais aberta. Ele ainda sonha em se tornar pastor. “Eu sinto o chamado”, disse ele.

Tradução: Eloise De Vylder